



ACÓRDÃO Nº243/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11336/2017.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Responsável:** Américo Gorayeb Júnior (Ordenador de Despesa).
- 4- **Órgão:** Secretaria de Estado de Infraestrutura – SEINFRA.
- 5- **Exercício:** 2016.
- 6- **Advogado:** Não Possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICOP e DICAD/AM.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 5825/2018-DMP, Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Josué Cláudio de Souza Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Secretaria de Estado de Infraestrutura - SEINFRA. Exercício de 2016.

Regularidade com ressalvas. Multa. Ciência. Arquivamento.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea "a", item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. Julgar Regular com Ressalvas a Prestação de Contas da Secretaria de Estado de Infraestrutura – SEINFRA, de responsabilidade do **Sr. Américo Gorayeb Júnior**, Ex-Secretário de Estado de Infraestrutura, concernentes ao exercício 2016, conforme Art. 22, inciso II, da Lei nº 2.432/96, c/c § 1º, II do art. 188 da Resolução 04/2002-RITCE/AM;

10.2. Aplicar Multa ao **Sr. Américo Gorayeb Júnior** no valor de **R\$ 2.000,00** (dois mil reais), que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM),



ACÓRDÃO Nº243/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo;

10.3. Dar ciência ao Sr. Américo Gorayeb Júnior deste Acórdão;

10.4. Arquivar o presente processo, após cumprimento das medidas acima, nos termos regimentais.

11- Ata: 11ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 23 de Abril de 2019

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Julio Cabral, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Mario Manoel Coelho de Mello.

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dra. Elissandra Monteiro Freire Alvares, Procuradora-Geral, em substituição.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Presidente

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro Relator

ELISSANDRA MONTEIRO FREIRE ALVARES
Procuradora-Geral, em substituição